

**ACTA Nº 03/2007**

**ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA CINCO DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E SETE. -----**

Aos cinco dias do mês de Abril do ano dois mil e sete, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a primeira reunião da Sessão de Abril, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

**Ponto 1** - Apreciação e votação da Carta Educativa do Município de Ílhavo; -----

**Ponto 2** - Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 30/01/2007 a 02/04/2007; -----

**Ponto 3** - Apreciação e Votação da Prestação de Contas – Relatório e Contas CMI/2006; -----

**Ponto 4** - Apreciação e Votação da Primeira Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento CMI 2007; -----

**Ponto 5** - Análise das Taxas do D.P.M - Domínio Público Marítimo da Ria de Aveiro (Despacho do Ministro do Ambiente de 14/Dez/06); -----

**Ponto 6** - Eleição do Presidente de Junta representante no XVII Congresso ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, a ter lugar nos dias 15 e 16 de Junho de 2007, na cidade de Ponta Delgada – Açores; -----

**Ponto 7** - Apreciação e Votação da Activação da Extensão de Saúde da Barra.-----

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, António Francisco das Neves Vieira e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Dinis Gandarinho.-----

**PRESENÇA DO EXECUTIVO:** Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente e Vereadores da Câmara Municipal. -----

**FALTAS:** Humberto Rocha, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Concelho. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista, Manuel Augusto Soares. -----

Cláudia Santos, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Concelho. Por esse motivo é substituída, pelo que se lhe segue na lista, Carlos Lopes. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se constatado a presença de: António Neves Vieira, Manuel Augusto Soares, Carlos Sarabando, Álvaro Ramos, João Canha Lopes, Mário Júlio Ramos, Irene Ribau Esteves, Josué Teixeira, António Flor Agostinho, Pedro Parracho, Carlos Lopes, Nuno Torres, Fernando Nascimento, José Alberto Loureiro, Francisco Grangeia, Jorge Tadeu Morgado, Maria de Lurdes Vieira, João Álvaro Ramos, Rui Pereira, Hugo Coelho, Dinis Gandarinho, Rufino Filipe, Manuel Serra, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. -----

A reunião teve início às 21H30. -----

**ACTAS DAS REUNIÕES ANTERIORES:** -----

Foram presentes as seguintes actas para aprovação: -----

**Acta n.º 01/2007:** Submetida a votação foi aprovada por maioria, com um voto contra do membro José Loureiro. -----

**Acta n.º 02/2007:** Submetida a votação foi aprovada por unanimidade -----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----

**1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

**JOÃO RAMOS:** Dado ter conhecimento da existência da Comissão de Trânsito, questiona quais as alterações previstas para regularizar o trânsito na Gafanha da Nazaré. -----

**JORGE TADEU:** Assinalados os dois primeiros anos de mandato do Governo Socialista, tece um primeiro balanço, comentando que têm condições excepcionais para Governar o País, tais como: uma maioria de um só Partido no Parlamento, uma conjuntura económica internacional favorável, um Presidente da República cooperante em termos institucionais e uma opinião pública previamente sensibilizada para os

problemas estruturais do país, depois do abandono da Governação, por parte do Eng. António Guterres e da política de contenção orçamental dos anteriores Governos de maioria PSD/CDS-PP. No entanto, existe um Governo arrogante, autocrático, mas que cultiva o culto da imagem utilizando marketing político como nenhum outro Governo o fez em Portugal. Começa por avaliara os maus resultados do governo, dando como exemplo a não abertura da Extensão de Saúde da Praia da Barra que o espelho da política de saúde no distrito e no país que está cada vez mais longe, mais cara e mais difícil. -----

Verificou-se também que o Governo exige às Autarquias e aos Governos Regionais que tutela um rigor, pela aprovação de novas leis, não as impondo a si mesmo. Relativamente sobre a nova Lei da Finanças Locais, solicita explicações sobre quais as implicações da aplicação deste novo quadro geral para o Município. -----

Diz ainda que o Governo tem vindo a aumentar os impostos e o corte no investimento público para conseguir um valor aceitável no défice das contas, como também pretende controlar, o nível de endividamento das autarquias e bater o valor máximo em termos de despesas corrente primária para 2007. Finaliza, solicitando um comentário sobre o “Manifesto Eleitoral da Candidatura de Aveiro do PS”, apresentado nas últimas eleições, que abaixo se transcreve e que o mesmo citou: “Prometia-se então. Regularização dos caudais afluentes à baixa lagunar da nossa Ria. Criação do Instituto de Gestão Integrada da Ria de Aveiro e Defesa da Orla Costeira. -----

**MÁRIO JÚLIO:** Questiona, qual a extensão e o material a utilizar nas barreiras acústicas na A25 e se o material é opaco ou transparente. -----

**PEDRO PARRACHO:** No âmbito da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com a Deficiência realizada no dia 30 de Março, na Sede das Nações Unidas, refere que a esmagadora maioria dos Estados Membros deram mais um passo rumo a uma sociedade mais justa, fraterna e humana. Assim, para mais de 650 milhões de pessoas que todos os dias vêem os seus direitos humanos postos em causa, é aberta uma janela de esperança: a de que a sociedade onde vivem seja radicalmente transformada para os incluir em toda a sua plenitude. Diz ter sido dado mais um passo para pôr termo aos guetos que ainda subsistem, mesmo nas sociedades mais avançadas como: as escolas, as instituições e família. -----

Embora seja sabido que em alguns países não serão cumpridos os princípios contidos na Convenção, outros o farão e estes serão o motor do desenvolvimento em matéria de direitos humanos das pessoas com deficiência. Por outro lado, a Convenção terá um mecanismo de monitorização que permitirá identificar e corrigir os eventuais incumprimentos dos princípios nela contidos. -----

Assim, as organizações terão de assegurar que a Convenção seja ratificada e implementada, sendo este um instrumento para vencer a opressão, o abuso, o isolamento e a “invisibilidade”. -----

É com satisfação que vê Portugal pertencer ao grupo de países que assinaram a convenção, mas simultaneamente inquieto pela inconstância do governo, visto que recentemente tomou opções políticas que penalizaram fortemente os cidadãos deficientes com rendimento bruto acima dos oitocentos e quarenta e seis euros. Por isso diz que numa sociedade em que os sucessivos governos ainda não conseguiram implementar as medidas básicas para uma igualdade entre cidadãos, não é aceitável colocar em pé de igualdade o que é diferente. -----

Finaliza dizendo que não é aceitável que o governo pretenda que sejam os próprios cidadãos deficientes a financiarem uma redistribuição diferente dos benefícios fiscais, mas sim é da responsabilidade do Governo encontrar os mecanismos necessários para a melhoria do nível de vida dos cidadãos deficientes com baixos rendimentos. -----

**ÁLVARO RAMOS:** Faz referência às notícias divulgadas num jornal local sobre os trabalhos desta Assembleia, tentando denegrir a imagem de todos quanto participam e contribuem para a melhoria do Concelho. Diz que não se revê nesse estilo de gente e que é seu entender que todos os membros desta Assembleia são pessoas responsáveis e respeitadoras para com todos os cidadãos que os elegeram. -----

**FRANCISCO GRANGEIA:** Questiona qual a razão de se marcar uma reunião de Assembleia para a véspera de Páscoa, visto que não verifica na Ordem de Trabalhos nenhum ponto que justifique urgência. --

Pergunta qual é a situação do Parque de Campismo da Barra no que respeita à reflorestação, como também questiona quem está a controlar o abate e a comercialização dessa madeira, e a quem se destina o dinheiro resultante dessa venda. -----

Encontrando-se o saneamento a 25% na Gafanha do Carmo, a 10% na Gafanha da Encarnação e a inexistência dele em algumas zonas da Gafanha da Nazaré, pergunta qual a previsão da Câmara para se ter saneamento em todo o Concelho. -----

**JOSÉ LOUREIRO:** Faz referência às areias existentes no Porto Comercial da Gafanha da Nazaré dizendo que em tempo de ventos fortes a freguesia é bastante afectada por poeiras advindas dessas areias, bem como poeiras de leca e de cimento clincker. Desse modo, e não tendo conhecimento do estudo do impacto ambiental ou análise às poeiras, questiona se é ou não prejudicial para a saúde pública. -----

No âmbito dos 50 anos do G.D.Gafanha, realça o trabalho em prol da juventude do Concelho, chamando à atenção para as péssimas condições de trabalho, solicitando apoio da Câmara para melhorar as instalações desportivas, bem como do Parque de Campismo. -----

**Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:** -----<sup>1ª</sup>

**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** Começa por agradecer ao Presidente da Assembleia Municipal por atribuir ao ponto 1 a discussão da Carta Educativa devido à urgência da mesma para aprovação do Ministério da Educação, podendo eventualmente ser necessário efectuarem alguns ajustamentos ou alterações à mesma para que seja homologada pela Sr<sup>a</sup>. Ministra, de forma a poder ter acesso aos Fundos Comunitários. -----

Embora seja Quinta-Feira Santa e muitas Câmaras Municipais do País terem dispensado os funcionários no período da tarde, diz que a Câmara Municipal de Ílhavo não o fez, visto ser uma instituição laica, e já dispor do Feriado Municipal seguido à Páscoa. -----

Ao membro Jorge Tadeu, indica que ainda não sabe quais as implicações objectivas em termos matemáticos da Lei das Finanças Locais, porque há um reconhecimento por parte do Governo e do Presidente da Assembleia da República da existência de um erro grave na Lei do Orçamento de Estado. Refere ainda que a Direcção-Geral de Autarquias Locais, ao abrigo da nova Lei deve informar objectivamente sobre as condicionantes de gestão financeira das Câmaras, nomeadamente o limite de endividamento, algo que ainda não fez. -----

Em relação à referência que foi feita ao PS, menciona que em relação à gestão da Ria de Aveiro será discutida no ponto da Ordem de Trabalhos da Assembleia, destacando que o dossier é prioritário, no entanto diz que já passaram dois anos e o Governo nada fez. Como vice-coordenador do grupo de trabalho da ANMP, informa que chamou à atenção do Governo para o documento das bases para a Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, que esteve em discussão pública no ano passado, do qual ainda não obteve qualquer resposta. Portanto, como há já muitos anos que o País não tem uma política definida para a gestão da orla costeira, apela ao esforço de todos e de todas as forças vivas da região para pressionar o Governo de forma objectiva sobre esta matéria. Refere ainda, que na sua intervenção pública no âmbito da Sessão Solene de abertura das Comemorações dos 200 Anos da Abertura da Barra, aproveitou para destacar a grave situação de abandono e degradação da Ria de Aveiro. -----

Ao membro Mário Júlio e sobre as barreiras acústicas informa que o mapa de ruído do Concelho detectou um problema grave, que é o troço urbano da A25, Nó da Friopesca e o Nó Nascente da Ponte da Barra. Sabendo que os cidadãos residentes na zona solicitam há vários anos junto da E.P e da AENOR, a resolução do problema, e após várias lutas dos referidos cidadãos, a AENOR está a fazer um investimento obrigatório por lei, que são as barreiras acústicas. Estas não beneficiam a paisagem urbana, mas são fundamentais para a qualidade de vida dos residentes. -----

Subscreve inteiramente as intervenções dos membros Álvaro Ramos e Pedro Parracho, dizendo que é deveras importante, e segundo o membro Pedro Parracho acompanhar a preocupação do Estado, naquilo que é a preocupação de todos na promoção da igualdade de oportunidades. -----

**O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----

**2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

**JOSÉ LOUREIRO:** Concorde com a posição assumida pela Câmara em relação à tolerância de ponto da Páscoa, no entanto estranha que o Presidente da Câmaras tenha dado tolerância na segunda-feira de

Carnaval, por isso, solicita esclarecimentos. -----

**FRANCISCO GRANGEIA:** Solicita novamente explicações ao Presidente da Assembleia, a razão pela qual foi agendada a reunião de Assembleia para a data em causa. -----

Sabendo que o Caminho-de-ferro de acesso ao Porto de Aveiro, parece ter tido início em Cacia, questiona quais são as medidas que a Câmara está a tomar para que as obras iniciem brevemente na Av. dos Bacalhoeiros. -----

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** Responde ao membro Francisco Grangeia que o Presidente da Câmara já tinha dado esse esclarecimento, argumentando com a urgência da discussão e aprovação da Carta Educativa. -----

**MÁRIO JÚLIO:** Embora os trabalhos da montagem das barreiras acústicas estejam avançadas, apela à minimização dos impactos na paisagem. -----

**JORGE TADEU:** Em defesa da orla costeira, informa a Assembleia que um Grupo de Deputados do PSD da Assembleia da República têm vindo a tomar diversas diligências, realçando a deslocação ao Concelho de Ovar para visitar *in loco* os problemas que aquelas populações sentem. Por isso, foi feito um requerimento ao Sr. Ministro do Ambiente, o qual se encontra ainda por responder. -----

**JOÃO RAMOS:** Concorda com o que foi proferido pelo membro Álvaro Ramos. -----  
Descreve o trânsito caótico na Av. José Estêvão na Gafanha da Nazaré, apelando à tomada de medidas que solucionem o problema. -----

**Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:** -----<sup>2ª</sup>

**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** Informa o membro José Loureiro que desde o primeiro mandato foi definido uma política de tolerância de pontos, visto que as Câmaras Municipais são autónomas do Governo nessa matéria, dando como exemplo a segunda-feira de Carnaval, que foi instituída como tolerância de ponto. -----

Sobre a questão do Caminho de Ferro, responde ao membro Francisco Grangeia que esse assunto já fora abordado diversas vezes, e menciona que está a ser tratado entre a Câmara Municipal, REFER e APA, tendo sido já anunciado publicamente os acordos, destacando os projectos elaborados que já estão em fase de arranque. -----

Ao membro Mário Júlio, indica que preferia que as barreiras acústicas fossem invisíveis, no entanto, não sendo possível, aguarda pela montagem das mesmas pela AENOR e futura manutenção. -----

Ao membro Jorge Tadeu, refere que a problemática de Esmoriz é bem antiga, havendo necessidade urgente de obra, visto que os últimos investimentos para protecção da costa foram nos Governos do Dr. Durão Barroso e Dr. Santana Lopes. -----

Finaliza, dizendo ao membro João Ramos que responderá às suas questões no ponto 2 da Ordem de Trabalhos. -----

**De seguida, o membro da CDU apresentou à Mesa uma PROPOSTA, que abaixo se transcreve:** -----

“Considerando que a Assembleia Municipal de Ílhavo, não pode, nem deve, ficar indiferente à forma como o Porto de Aveiro tem vindo a ser gerido nos últimos tempos, criando focos de permanente crispação com a população da Gafanha da Nazaré. -----

Considerando que, a A.P.A., tem negociado a instalação de novas Industrias, sem qualquer conhecimento dos Ilhavenses. -----

Proponho: -----

Que ao abrigo do disposto no artº 16 do regimento, seja criada uma comissão de acompanhamento e fiscalização de todas as obras realizadas ou a realizar no perímetro do porto de Aveiro. -----

O Deputado do P.C.P. -----

As.) José Alberto Ramos Loureiro”. -----

**NA SEQUÊNCIA DA PROPOSTA APRESENTADA PELO MEMBRO DA CDU, O PRESIDENTE DA MESA DÁ A PALAVRAS AOS SEGUINTE MEMBROS:** -----

**JOÃO RAMOS:** Questiona a competência de uma Comissão da Assembleia Municipal em fiscalizar a área portuária. -----

**FLOR AGOSTINHO:** Comenta que este tipo de Comissões normalmente apresenta resultados nulos, destacando os art. 16º e 17º do regimento da Assembleia, onde esclarecem que sendo a APA um organismo autónomo, não tem que responder directamente à Câmara, mas sim colaborar. Portanto, a APA tem que responder em 1ª instância ao Governo e depois aos Tribunais. -----

À partida a criação desta comissão é inócua, pois não tem qualquer tipo de capacidade de intervenção na gestão directa do Porto de Aveiro e seria somente uma comissão no papel. -----

**JOSÉ LOUREIRO:** Estranha os comentários dos membros que intervieram, visto que existem diversas comissões criadas no âmbito desta Assembleia que estão a funcionar em pleno, por isso, diz não entender porque se está a por em causa a criação da comissão proposta. -----

Defende a fiscalização das obras da APA, por dois aspectos: Primeiro, como membro da Assembleia que deve zelar pelos interesses dos munícipes e segundo, fiscalizar para evitar situações como o actual monte de areia existente e que perturba os munícipes da freguesia da Gafanha da Nazaré. -----

Entende bem que a Câmara tenha tomado posição relativamente à questão do monte de areia, por isso, não entende porque é que a Assembleia não deverá tomar posição. Dá como exemplo a situação da Martifer. -----

**O PRESIDENTE DA MESA DÁ A PALAVRA AO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Começa por esclarecer que o Plano Director Municipal de Ílhavo erradamente derivou do enquadramento legal na época em que foi elaborado, visto que não abrangeu a Área Portuária nem o regulamento do PDM tem o mais pequeno parágrafo normativo sobre as ocupações da Área Portuária. -----

Relativamente ao PDM, e embora seja uma matéria delicada, informa que o PDM vai ser normativo para as ocupações da Área Portuária, tendo já sido aceite pela própria APA conforme o novo quadro legal em que se vive e o que está escrito no documento das orientações estratégicas para o Sector Marítimo/Portuário. Diz ser um passo da maior importância e de delicadeza em termos da gestão do território e de cooperação formal da Câmara e da Assembleia na aprovação do PDM. -----

Termina dizendo ter dado esta informação pela sua elevada importância e por entender ter sido pertinente dar a conhecer à Assembleia, nomeadamente à CDU, pela proposta que apresentou. -----

**O PRESIDENTE DA MESA DÁ NOVAMENTE A PALAVRA AOS SEGUINTE MEMBROS:** -----

**JOSÉ LOUREIRO:** Defende que a proposta apresentada é para apoiar as posições que a Câmara Municipal venha a tomar no futuro, junto da direcção da APA ou qualquer outro órgão fiscalizador. -----

**FLOR AGOSTINHO:** Informa que já foram criadas comissões pela Assembleia, tais como: a Comissão da Segurança, da Educação e os representantes para a Comissão de Protecção de Menores. Por isso e conforme diz a Lei, a APA é um órgão autónomo e relembra o Presidente da Câmara que tendo assento em órgãos da APA, deverá ser o interlocutor na Assembleia, por isso, esta poderá fiscalizar a APA questionando o Presidente da Câmara, visto que uma comissão não tem poderes para fiscalizar ou sequer para entrar no espaço APA. -----

Termina, dando como exemplo a criação, pela Junta de Freguesia, de uma Comissão para fiscalizar a *Bresfor*, estando ainda para saber quais foram os resultados. -----

**PEDRO PARRACHO:** Entende desnecessário a criação de uma Comissão pela razões enunciadas pelo membro Flor Agostinho e por não ter carácter jurídico/legal, para poder intervir directamente. -----

**VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO MEMBRO JOSÉ ABERTO LOUREIRO:** Submetida a votação, foi deliberado por maioria rejeitar a proposta, com os dezassete votos (1 CDS/PP e 16 PSD) contra, sete (7) abstenções dos membros do PS e um (1) voto a favor do proponente. -----

**O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 1- Apreciação e Votação da Carta Educativa do Município de Ílhavo.** -----

**Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:** A Carta Educativa é um documento de grande importância, dada a sua pertinência política e de condicionamento no sentido positivo para aquele que será o desenvolvimento do Município nos próximos anos, como também para o aproveitamento dos Fundos Comunitários do QREN 2007/2013. Por isso, diz que na sequência da análise da Assembleia Municipal em debate dará explicações sobre o referido documento. -----

Realça o trabalho desenvolvido com entidades parceiras no processo liderado pela Câmara Municipal através da sua prestação na gestão integrada, bem como do seu Assessor, Dr. Rogério Carlos, que

coordenou os trabalhos, como também pelo trabalho da entidade parceira contratualizada para o desenvolver, a Fundação Manuel Leão, e também de todas as entidades que compõem o Conselho Municipal de Educação. Em todo o processo diz ter havido uma dedicação intensa e cuidada para que pudesse culminar no parecer que a Comissão emitiu. -----

Esse parecer reúne as condições para se atingir os objectivos que a Carta aponta, nomeadamente os investimentos físicos, os investimentos materiais, que têm uma dimensão financeira aproximadamente dos 6,4 milhões de euros e o crescimento qualitativo na qualificação dos recursos humanos. -----

Agradece a todos que colaboraram no processo, bem como aqueles que deram importância em sede de discussão pública. -----

**O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----

#### **1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS** -----

**RUI PEREIRA:** Indica que o documento se encontra bem elaborado, destacando a ideia/opção por uma escola de proximidade ser correcta, atendendo às características do Concelho. No entanto, demonstra estranheza por constatar que não houve grandes debates sobre a matéria, por isso e de opinião que o período de duas semanas para discussão pública ter sido curto. -----

Da análise ao documento destaca alguns factos que o surpreenderam, nomeadamente: uma taxa de pré-escolarização abaixo da média da região do Baixo-Vouga e da média nacional, demonstrando a inépcia do Executivo Camarário, visto que são áreas da sua responsabilidade. Realça ainda que no 1º Ciclo existem escolas que não possuem as quatro salas de aula, considerando este o número mínimo necessário para que o Projecto Educativo se desenvolva. Estranha que a Escola do Ensino Básico, 1º Ciclo, da Barra, de construção recente, venha a sofrer brevemente uma intervenção de qualificação mais profunda no que se refere ao espaço de recreio. -----

Quanto aos novos Centro Educativos a construir, não se compreende de que constam as estruturas de apoio. Por isso, questiona a definição de estruturas de apoio. -----

**FRANCISCO GRANGEIA:** Diz que o documento apresentado foi bem elaborado, reflectindo as realidades escolares do Concelho. Entende ser bom que se tome consciência das realidades existentes no Pré-Escolar e no 1º ciclo, pois é onde se notam mais deficiências no Concelho. Por isso, sendo esta área da responsabilidade da Autarquia, apela à sua correcção, nomeadamente na reestruturação de várias escolas, através da construção de novas salas de aula que abranjam os 4 anos de escolaridade. -----

Finaliza dizendo que a Carta Educativa é um importante instrumento de trabalho para a Gestão da Educação no Concelho, concluindo que investir na educação é sempre bom. -----

**JOSÉ LOUREIRO:** Baseando-se no Programa da CDU, indica que a carta educativa apresentada não é o modelo pretendido. Entende que não pertence à Câmara Municipal o problema da má qualidade do ensino mas sim, ao Ministério da Educação. Para haver um melhor ensino diz que deveriam melhorar os edifícios, nomeadamente, serem de maiores dimensões, terem ginásios, bibliotecas, refeitórios e piscinas, dando como exemplo o Concelho de Mafra. -----

Finaliza dizendo que deveria haver formação para as auxiliares de educação, visto que têm um papel importante na educação das crianças, dar mais apoio às instituições que têm Ensino Especial e Ensino Profissional, como também dar maior ajuda às famílias carenciadas. -----

**PEDRO PARRACHO:** Entende que o documento está bem elaborado. -----

Dado o Governo ter cortado o apoio ao ensino das pessoas com nível de deficiência, nomeadamente com os auxiliares e professores do ensino especial, questiona como serão os apoios com a implementação da carta. É sua opinião que os deficientes não estão melhores integrados do que anteriormente e sem professores de apoio, tudo se torna mais complicado. -----

**FLÔR AGOSTINHO:** Analisado o documento, diz que se encontra bem elaborado e que demonstra o bom trabalho efectuado por todos os intervenientes, nomeadamente, o executivo camarário, os seus funcionários, a Fundação Manuel Leão, os membros do Conselho Municipal de Educação do Município de Ílhavo, os membros das várias comunidades escolares do Concelho e todos aqueles que participaram na discussão pública realizada para o efeito. Relativamente ao documento, destaca toda a informação apresentada na parte referente à caracterização da intenção educacional do Município, referenciada num

extenso texto e anexos, com chamadas de atenção para mapas, tabelas e gráficos, os quais fazem a demonstração do estado em que se encontra a educação no Concelho. Diz ainda que da sua análise se pode aduzir que os investimentos realizados pela Autarquia nos últimos mandatos, estimamos em valores muito próximos dos 5.000.000,00 de euros, permitiram não só apresentar os resultados expostos, mas também projectar um investimento futuro muito menor comparado com outros municípios. Assim, constata, que Ílhavo tem apostado na melhoria das condições do ensino, reconhecido pela maioria da população Ilhavense e pelos agentes de educação que trabalham no Concelho, quando comparam as condições que lhes são proporcionadas, com as de colegas de outros Concelhos. -----

Face ao exposto, considera que a Carta Educativa é um documento que ao sustentar-se num diagnóstico tecnicamente bem estruturado, com a participação dos parceiros mais representativos da Comunidade Escolar do Concelho, define as linhas de orientação, que a serem adoptadas conduzirão à promoção da qualidade do ensino ministrado e ao aumento do sucesso educativo dos jovens. -----

**Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:** -----1.ª

**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** Ao membro Rui Pereira diz que os vereadores do PS na Câmara tentaram tecer os mesmos comentários sobre a Carta Educativa. Lembra que o assunto Carta Educativa já tinha sido abordado anteriormente na Assembleia Municipal, como também, foi solicitado a participação na Semana da Educação em Outubro de 2006, a darem contributos. Comenta que do PS, as únicas referências poucas e más diziam respeito ao atraso na elaboração da Carta Educativa, daí terem dado o mínimo de contributo, indicando que a Câmara votou por unanimidade e o Conselho Municipal de Educação procedeu de igual forma. -----

Refere que o documento é verdadeiro ao indicar os vários motivos da baixa taxa de pré-escolarização, dos quais destaca a “existência da voz activa”, porque muitos pais do Município, entendem que a utilização na educação das suas crianças até aos cinco anos, fica melhor entregue aos avós activos que a família tem, do que a uma unidade de Jardim de Infância. Também lembra, que não houve acesso a instrumentos financeiros de Fundos Comunitários no QCA de 2000/2006, nas áreas específicas dos fundos dedicados à educação, para o 1º Ciclo durante todo o QCA, assim como para o pré-escolar até quase ao fim do QCA. Explica que algumas obras que foram feitas com financiamento comunitário, vieram da medida I do Eixo I, do Programa Operacional Regional, porque os Governos decidiram não dar acesso nos programas comunitários da área da educação ao financiamento a Escolas do 1º Ciclo e a Jardins de Infância. -----

Por outro lado, a Carta demonstra que no Município de Ílhavo há uma importante oferta da rede de base privada das IPSS, que dão formação às crianças em número superior àquelas da rede pública. -----

Informa o membro Rui Pereira que não houve inércia do Executivo, porque se a Carta Educativa aponta para um investimento de 6,4 milhões de euros para os próximos anos, é justificável, porque nos últimos oito anos investiu-se um valor próximo desse, para qualificar e ampliar as escolas, tendo-se construído ATL´S, Cantinas, entre outros. -----

Relativamente à EB1 da Barra, diz que o projecto inclui um edifício para Jardim de Infância e para ATL/Cantina que ocupa uma parte da área que hoje é espaço exterior, e na lógica seguida na qualificação dos espaços quer no mandato 1998/2001, quer no mandato 2002/ 2005 foi deixado para segundo plano, os espaços exteriores, dos quais se pretende fazer uma operação de qualificação. -----

Explica que as estruturas de apoio incluem um conjunto de valências ligadas a salas de professores, a mediatecas, a ATL´S e a Cantinas, isto é, a um conjunto de estruturas que estão definidas naquilo que é um Centro Educativo. O parque escolar existente é bom e está assente na escola de proximidade, potenciando o desenvolvimento dos projectos Centro Educativo. -----

Ao membro José Loureiro, diz que Mafra optou por destruir o Parque Escolar e construir um novo, investindo 35 milhões de euros. Para isso, entendeu fazer uma sociedade anónima com uma empresa privada, para cumprir esse objectivo. Estranha o membro concordar com a realidade de Mafra, visto que discordou com a sociedade anónima criada em Ílhavo, dizendo que é de incoerência política objectiva. ----

Afirma que existem muitos municípios com a Carta educativa aprovada e com investimentos mais elevados. Justifica ter optado por valores inferiores, porque a estratégia até então, seguida de gestão do

Parque Escolar foi boa. Daí se unir o investimento feito ao que pretende fazer, visto que há noção clara de que não vai haver dinheiro do QREN para apoiar todo o investimento necessário em Ílhavo. -----

Ao membro Pedro Parracho, demonstra que se pretende promover qualidade e sucesso educativo, a integração social e da educação, e o apoio à formação ao longo da vida, pretende-se que sejam a resposta importante e positiva para se obter qualidade e melhorar parâmetros, tais como pré-escolarização, nomeadamente os níveis de abandono no sistema bem antes dos nossos jovens terem o 9º ano, ou 12º ano, e isso, é um problema que com a estratégia que a Carta assume, se pretende contribuir para podermos melhorar substancialmente os resultados. -----

Finaliza dizendo que o importante é existir uma caracterização bem feita e em conjunto com os parceiros atingir no prazo de referência, para a materialização da Carta, que são os sete anos, que coincidem com o final da vigência do QCA novos; aí far-se-á uma avaliação, afim de saber se valeu a pena o esforço, o investimento, a seriedade para conseguir o crescimento qualitativo do município. -----

**O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram:** -----

**2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS:** -----

**JOSÉ LOUREIRO:** Diz continuar a defender o modelo adoptado pela Câmara de Mafra em ter uma escola de grandes dimensões. -----

**Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas:** -----**2ª**

**INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS):** Agradece à Assembleia o debate, como também a presença no público do Prof. Francisco Jacinto, interlocutor da Fundação Manuel Leão na elaboração da Carta na discussão da mesma. -----

**VOTAÇÃO:** Submetido a votação, foi este ponto aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor (16 PSD, 7 do PS e 1 do CDS/PP) e um (1) voto contra do membro da CDU. Para efeitos imediatos, esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

**DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

**Membros do Partido Social-Democrata:** -"Votamos favoravelmente a Carta Educativa do Município de Ílhavo, conscientes de que este documento foi elaborado em decorrência e em consonância com a política de desenvolvimento da área da educação, implementada pelo dois últimos executivos municipais, configurando assim, um instrumento de planeamento de relevante importância para a boa gestão da educação no Concelho de Ílhavo nos próximos anos, augurando-se que a concretização das medidas nele previstas proporcionem a melhoria do sucesso educativo e a formação dos jovens do Concelho de Ílhavo.- P.S.D. / Ass.) António José Flor Agostinho" -----

**Membro da CDU:** -"1- Considerando que, num País que se quer a caminho do progresso e das novas tecnologias. -----

2- Considerando que a proposta apresentada pouco trás de novo em relação aos edifícios existentes. -----

Votamos contra a proposta apresenta. -----

O Deputado do P.C.P. -----

As.) José Alberto Ramos Loureiro". -----

**O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 2 – Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 30/01/07 e 02/04/07; -----Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento:** -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Destaca o relançamento do processo de Revisão do PDM, matéria de grande importância, dizendo que se encontram a trabalhar nele desde Novembro com o parceiro fundamental, que preside à Comissão Mista de Coordenação, que é a CCDRC. Nessa ambiência destacou a qualificação urbana e ambiental da margem nascente do Canal de Mira, das Freguesias da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo, bem como a diferente abordagem que tem sido feita e que se baseia num estudo de ordenamento que os próprios serviços da Câmara desenvolveram, para convencer os parceiros da Comissão, nomeadamente os gestores da RAN, da REN e da Rede Natura 2000, para qualificar a paisagem urbana da Frente Ria e o aglomerado urbano da Gafanha do Carmo e da Gafanha da Encarnação. -----

Quanto ao documento das orientações estratégicas para a política do sector marítimo/portuário, entende que o parecer da Câmara é equilibrado e importante na defesa de um porto que se pretende que continue a crescer e de boa relação com a área urbana que está contígua a si. -----

Realça também os acontecimentos à volta do Plano de Pormenor da Quinta da Boavista, e da Carreira do Tiro da Gafanha de Aquém, que são duas decisões importantes do Governo. No entanto há imperfeições, nomeadamente a decisão do Conselho de Ministros que foi publicada em DR, que devem ser corrigidos, porque os objectivos que motivaram o negócio com o Ministério da Defesa Nacional, prendem-se com o levantamento das servidões militares que já está consumado e a transferência da propriedade da Carreira do Tiro para a Câmara, sendo que se pretende instalar os equipamentos de elevado interesse público, como sendo, polidesportivo, parque florestal para utilização directa de todos os cidadãos. -----

Indica que os acordos de cooperação com as Associações de Pais já foram assinados, no entanto ainda estão em falta três associações. Destaca a importância dos pais e dirigentes associativos, com grande dedicação, seriedade e qualidade no desempenho da gestão de serviços muito importantes para a vida das crianças e suas famílias, e estes acordos dão seguimento ao importante trabalho desempenhado. -----

Pretende-se a participação activa dos pais na vida diária da escola, e o trabalho efectuado é bem o exemplo disso, ao contrário do trabalho do Governo que sob o programa do Enriquecimento Curricular está a afastar os pais da gestão dos espaços educativos. -----

Refere a questão do monte de areia existente a norte da Gafanha da Nazaré, entende que além de todo o trabalho feito de diligências informais junto da APA como acompanhamento desta matéria, formalizou institucionalmente este assunto, o que aguarda resposta do mesmo. Também, diligenciou junto da Delegada de Saúde de Ílhavo, para que no exercício das suas competências como autoridade de saúde pública, acompanhe, monitorize e tome medidas, se o achar por bem, para que não hajam dúvidas sobre a boa gestão, a boa condição a esse nível tão importante, para a saúde das pessoas que vivem, que trabalham, ou que frequentam a zona que está em causa neste processo. -----

Entende que a medida mais correcta para a resolução do problema é a remoção do monte de areia daquele local, no entanto diz ter consciência que é preciso um período de tempo, exigindo que o mesmo seja curto. Durante esse período pretende-se que não haja danos, daí que formalmente foram apresentadas algumas ideias, tais como a montagem de um sistema de humidificação de rega para que haja o assentamento dos materiais, colocação de materiais rígidos que impeçam que o vento levante as matérias, a instalação da cortina arbórea prevista no plano de Pormenor da Envoltente Norte/Poente à Gafanha da Nazaré, que está devidamente aprovado pela Câmara e pela Administração Portuária, entre outras medidas que podem ser implementadas. -----

O Presidente da Mesa, informou que se atingiu a hora de audição do público, e como não havia público para intervir, deu por finda a reunião pelas 00 H35 do dia seguinte, dia 06 de Abril de 2007. A Sessão terá a sua continuidade nos termos da convocatória. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa \_\_\_\_\_

O 1º Secretário \_\_\_\_\_

**ESTA ACTA FOI APROVADA POR MAIORIA NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 21/06/07.**